

Governo admite Congresso emendar plano

O presidente Fernando Collor aceita que o pacote econômico enviado ao Congresso na forma de medidas provisórias sofra emendas dos parlamentares. "O Presidente não se julga dono da verdade e acha que o plano tem que ser debatido profundamente no Congresso", revelou ontem o líder do Governo na Câmara, Humberto Souto (PFL-MG), após audiência com Collor no Palácio do Planalto. A mesma disposição de aceitar a contribuição dos parlamentares, distante da postura intransigente assumida no primeiro plano, foi revelada logo em seguida ao líder do PFL, deputado Ricardo Fiúza (PE), também recebido no Planalto na manhã de ontem.

"O Presidente está disposto a ajustar o plano tantas vezes quantas forem necessárias", garantiu Fiúza, após o almoço no gabinete presidencial, quando ouviu do próprio Collor que "o plano não é estático". O líder disse ao Presidente que o pacote lhe pareceu uma mudança de 180 graus nos rumos da economia, e ouviu que também ele, Collor, era contra o congelamento de preços, instrumento que pretendia usar por curto espaço de tempo, mas que se fez necessário para combater a inflação. Humberto Souto diz que o Presidente sabe que o momento é emergencial e que não tem a maioria dos votos no Congresso. Mas apesar da abertura a sugestões dos políticos, o líder do Governo salienta que o pacote econômico não poderá ser descaracterizado.

"Ninguém analisou o plano para saber agora o que é inegociável", disse Souto, segun-

do quem ainda é cedo para se ter uma análise mais definitiva do pacote. O líder do PRN na Câmara, Arnaldo Faria de Sá (SP), que também almoçou ontem com Collor, conta que o Governo pretende levantar os pontos de estrangulamento do pacote no Congresso a partir das emendas que os parlamentares apresentarem. "O Governo ainda não sabe a quem o plano agrediu, quem se julga atingido por ele. Vamos primeiro levantar esse sproblemas para levá-los à equipe econômica que aí nos dirá que pontos admitem contribuições dos parlamentares", explicou Souto. Na audiência, o Presidente revelou ao líder sua disposição para discutir, por exemplo, a questão da uniformização da data-base de reajuste dos trabalhadores. "Imaginei que estava atendendo às esquerdas", disse o Presidente ao deputado.

O líder do PRN conta que pediu a Collor sua ajuda "no trânsito político", e que encontrou receptividade. "O presidente do Banco do Brasil tem que baixar a bola nessa estória de demissões", disse Faria a Collor, sugerindo que Alberto Policarpo conversasse mais com os políticos. Segundo o deputado, o Presidente disse que falaria com Policarpo. Outro acerto foi o de que os ministros repassem aos líderes suas agendas de visitas aos estados, para que estes possam informar suas bancadas com antecedência, facilitando os pedidos e entendimentos na esfera regional.

Na audiência individual com o Presidente, Faria de Sá entregou-lhe a lista de presença do dia 2 de fevereiro, que

acusava a formação do bloco governista PFL-PRN na Câmara, com 135 deputados. "Isto é muito bom", disse Collor. O deputado revelou, então, que o bloco poderia indicar os relatores das medidas provisórias do pacote, pois tirará do PMDB a condição de partido majoritário. "As relatorias são nossas por direito regimental", repetiu Fiúza ao Presidente, lembrando que o PMDB indicará todos os relatores no ano passado, valendo-se do direito conferido à maioria que agora ele perde para o bloco.

De fato, o PMDB tinha o controle total da situação, pois deixava estourar todos os prazos regimentais para que a comissão que analisaria a medida se reunisse, o que automaticamente extinguia o grupo de sete deputados e sete senadores. Livre de submeter seu relatório à comissão, o relator peemedebista tinha plenos poderes para decidir o que seria votado pelo plenário. No Senado, o presidente Mauro Benevides (PMDB-CE) disse que será adotado o critério da proporcionalidade das bancadas na escolha dos membros da comissão e revela que o bloco governista não será considerado porque ainda não foi formalizado junto à Mesa Diretora. Além da representação proporcional ao tamanho dos partidos, o próprio PFL propôs o rodízio nas relatorias, o que o Presidente considera "democrático e ideal para o bom funcionamento do Congresso". Na hipótese de perder os relatores, o PMDB na Câmara jogará no fortalecimento das comissões que podem derrotar o parecer do relator antes mesmo da apreciação em plenário.

RAIMUNDO PACCÓ



Humberto Souto: o presidente não se julga dono da verdade